

(RE)CONSTRUINDO O SABER DA ARTE NA ESCOLA?

PERNAMBUCO, 1950-1980

Maria Betânia e Silva

Mestra em Educação pela UFPE

Doutoranda em Educação pela UFMG

Núcleo de Estudos e Pesquisas História da Educação em Pernambuco – NEPHEPE

Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação - GEPHE

Este texto pretende contribuir com as reflexões acerca da história da arte na educação destacando as tentativas, reivindicações e movimentos realizados por artistas, intelectuais e educadores que, desde o final do século XIX, pretendiam garantir um espaço para a arte também na escola. Compreender esse percurso da arte contribui para aprofundar, investigar e discutir o seu processo de constituição na escola. O nosso enfoque está voltado ao estado de Pernambuco onde surgiram várias instituições e movimentos que contribuíram para tornar visível a importância da presença da arte em meio à sociedade e no processo de formação do indivíduo.

A pesquisa, em andamento no doutorado, tem como objetivo central investigar como o saber da arte foi constituído no espaço escolar na segunda metade do século XX.

Inserido na linha de investigação denominada História das Disciplinas Escolares, o estudo se baseia teórica e metodologicamente na Nova História e na História Oral onde utilizamos como principais fontes de pesquisa, os documentos oficiais, relatórios, propostas curriculares, programas de ensino, atas de reunião elaboradas pelos professores, jornais, revistas, depoimentos orais.

A História das Disciplinas Escolares encontra-se entre dois campos mais amplos que são a História da Educação e a Sociologia do Currículo. Vários estudos desenvolvidos no campo da História das Disciplinas Escolares, como por exemplo, Hébrard (1990), Chervel (1990), Goodson (1990), Julia (2002), têm buscado compreender em que momento histórico os saberes que já circulavam na sociedade tornaram-se propriamente escolares e como se deu esse processo. Muitos pesquisadores brasileiros, também, têm realizado estudos nessa área e buscam compreender não só os pressupostos da formação de uma disciplina escolar no currículo brasileiro como também o processo histórico percorrido por elas até chegar na

escola; quem foram os atores e que papel exerceram nesse processo; que lugar essas disciplinas ocuparam no currículo; que conteúdos foram elaborados em seus programas e, enfim, as concepções oficiais e não oficiais que se tinham dessas disciplinas. A principal preocupação da pesquisa na área da História das Disciplinas Escolares é explicar as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo do tempo. Dessa forma, os diversos estudos e pesquisas contribuem para compreender e identificar o processo histórico da presença da arte na educação, particularmente em Pernambuco.

Podemos verificar que no século XX ocorreram inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas para toda a humanidade. O deslanche nas pesquisas científicas trouxe contribuições significativas nos vários campos de conhecimento, inclusive o campo da arte.

No caso brasileiro, foi neste mesmo século que surgiram não só inúmeros grupos de artistas que objetivavam ampliar as possibilidades do ver, do usufruir, do apreciar, do compreender, do fazer artístico, como também educadores e intelectuais despertaram para a importância da presença da arte no processo educativo. A partir de então, houve um movimento gradativo, crescente de articulação de artistas, intelectuais e educadores que fizeram notar, que tornaram visível essa importância reivindicando um espaço para a arte também na escola.

Com a Escola Nova¹ passou a ser reforçado o movimento de inclusão da arte na escola primária como uma atividade integrativa, ou seja, a arte seria utilizada para expressar ou para fixar o conteúdo que tinha sido aprendido em outras áreas de conhecimento, como por exemplo, nas aulas de geografia, de estudos sociais etc.

No caso pernambucano, nesse período, as iniciativas de caráter educacional, cultural e artístico tomadas no governo Estácio Coimbra reiteraram as diretrizes de sua política no campo da Educação e Cultura. Nasceu, assim, a Reforma Carneiro Leão, no ano de 1928, de onde viria a brotar o primeiro órgão central de educação e cultura do Estado. Entre as iniciativas de caráter cultural mais relevante do governo, destacam-se a criação do Museu do

¹ A partir do final do século XIX, em vários países muitos educadores passaram a considerar novos problemas, procurando resolvê-los com a aplicação de recentes descobertas relativas ao desenvolvimento das crianças. Outros experimentaram variar os procedimentos metodológicos transformando as normas tradicionais da organização escolar, assim ensaiavam uma escola nova, diferente da que existia até então. Daí o nascimento do termo Escola Nova. O nome escola nova sugere espírito crítico, análise reiterada de condições e resultados, atitude criadora. As primeiras escolas novas, com esse título expresso, surgiram em instituições privadas da Inglaterra, França, Suíça, Polônia e outros países depois de 1880. No Brasil tentativas de mais ampla renovação incluindo a revisão dos fins sociais da escola se desenvolvem só a partir do século XX, na década de 20 (Lourenço Filho, 1978).

Estado; a instalação da Inspeção Estadual dos Movimentos Nacionais, prevendo a proteção dos monumentos artísticos e históricos da capital e do interior, entre outros (Cavalcanti, 1986).

Durante a Reforma Carneiro Leão novos objetivos foram propostos à escola pública com reformas de programas, métodos e novos planos de formação dos professores. No ano seguinte, em 1929, Aníbal Bruno, educador em várias instituições pernambucanas, assumiu a Diretoria Técnica de Educação procurando pôr em ação toda a programação de caráter artístico e cultural, prevista na Reforma Carneiro Leão. No âmbito cultural e artístico, Aníbal Bruno definiu seu enfoque de educação afirmando que: “(...) a escola falharia em sua missão se esquecesse a iniciação da criança no mundo dos valores estéticos e desprezasse a benéfica influência que sobre a formação do seu espírito podem exercer as formas expressivas da arte, que constituem um estímulo para a alegria de viver(...)” (Cavalcanti, 1986, p.27).

Para os pioneiros da Escola Nova, a arte e a literatura possuíam uma significação social profunda e múltipla, a aproximação dos homens, a sua organização em uma coletividade, a extensão do raio visual e o valor moral e educativo que conferem à arte uma enorme importância social (Azevedo, 1958). No entanto, essa ampla concepção e valorização da arte na educação, evidenciando sua importância na formação do indivíduo passou a ser reprimida em suas raízes através da instauração do Estado Novo, em 1937. As posições de liderança foram substituídas e instituições foram levadas ao encerramento formal de suas atividades.

No decorrer do século XX encontramos, em Pernambuco, algumas instituições e movimentos que desempenharam um papel de fundamental importância na sistematização do ensino da arte, na divulgação e promoção da arte, na aproximação da arte às camadas populares, cada um com sua especificidade. Esses espaços também favoreceram a articulação e organização dos profissionais ou os que desempenhavam função na área de arte ou ainda os que nela demonstravam interesse além de provocarem um olhar mais acurado à arte por parte do Estado. Foram instituições e movimentos que formaram, deram suporte, apoio e orientação aos profissionais que trabalhavam com a arte.

Destacamos, aqui, a Escola de Belas Artes, a Divisão de Extensão Cultural e Artística (DECA), o Movimento Escolinhas de Arte (MEA) e o Movimento de Cultura Popular (MCP). Esses espaços contribuíram, ainda de alguma forma, para a inserção obrigatória da arte no currículo escolar que se deu através da Reforma do ensino de 1º e 2º graus, em 1971.

Veremos a seguir como nasceram esses espaços, que objetivos possuíam, que contribuições desempenharam no campo da arte, enfim, que público visavam atingir.

A ESCOLA DE BELAS ARTES

Desde o final do século XIX, um grupo de artistas já sonhava com o nascimento de uma Escola de Belas Artes em Recife, porém essa idéia só veio a concretizar-se no final da década de 20 do século XX. O nascimento da Escola de Belas Artes no Recife estava baseado nos moldes da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. A intenção era favorecer o acesso ao ensino da arte daqueles que concluíam o curso secundário fundamental fazendo surgir, assim, novas vocações artísticas na sociedade.

Não havia por parte dos governos estadual e municipal uma política de estruturação e organização desta escola. Dessa forma, o grupo de artistas e outros profissionais começaram a desenvolver campanhas para conseguir os equipamentos necessários para a estruturação da escola e não cessaram de incomodar os governos estadual e municipal.

Na escola foram oferecidos cursos superiores de Arquitetura, Pintura e Escultura. O objetivo da aprendizagem era provocar o esforço, incentivar a imaginação de cada aluno, ensinar-lhe as leis da composição e a técnica que exige cada material (Marques, 1988).

Para os fundadores da instituição, o ensino acadêmico devia ser seguido fielmente dentro dos moldes da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Assim, para ser completo deveria, aliar a teoria com a prática. A metodologia utilizada pelos professores era espelhada nos grandes mestres da pintura de séculos passados. O ensino era voltado ao clássico e exigia-se do aluno fidelidade nas observações e realidade nos desenhos (Silva, 1995).

O objetivo geral da Escola de Belas Artes encontra-se num escrito do comitê da escola que afirma: *“Para isso é criada a Escola de Belas Artes. Disciplina e coordenação de aptidões nascentes, estímulo aos negligentes e pessimistas, glória aos gênios e conforto aos medianos...”* (Silva, 1995, p.147).

Como se vê, desde o início da criação da Escola de Belas Artes, seja a nacional, seja a pernambucana, o objetivo estava centrado na formação clássica e acadêmica voltada aos ícones e cânones europeus e o público a ser atingido era justamente o percentual da população que concluía o curso secundário e que tinha aptidão ou o “dom inato” para a arte, pois desde os primeiros anos do século XIX a arte era considerada vocação para artista. Assim, até

meados do século XX, permaneceu a idéia de que a arte era reservada para os que tinham “talento”.

No decorrer dos anos a escola manteve-se de pé por força de vontade e perseverança dos artistas que estavam à sua frente, pois desde o seu nascimento os professores não percebiam qualquer remuneração por seu trabalho docente. Somente após treze anos de sua fundação a Escola de Belas Artes teve seu reconhecimento federal (Galvão, 1956).

Com o passar do tempo e o amadurecimento causado pelas novas experiências realizadas, as idéias foram se modificando, foram se enriquecendo e os horizontes se ampliando. No 25º aniversário da escola o professor Delgado (1957, p.9) pronunciou: *“A arte não é um privilégio de um reduzido grupo de indivíduos. Sua nobreza está em ser largamente humana, acessível a tôdas as almas. O destino da obra de arte não é servir de tema a digressões e ensaios: é tocar os corações. É dar-lhes por um momento essa especial e indizível vibração que é o substrato do estético...”*.

A Escola de Belas Artes foi incorporada à Universidade do Recife no ano de 1946.

A DIVISÃO DE EXTENSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA (DECA)

O final da década de 40, no Brasil, caracterizou-se pelo contexto de redemocratização do país após a queda do Estado Novo. Foi nesse período que nasceu uma nova instância, em Pernambuco, com o objetivo de congregar as atividades artísticas nos níveis da escola e da comunidade através da preservação da cultura. Essa instância, chamada Divisão de Extensão Cultural e Artística (DECA), foi criada na estrutura administrativa do Departamento de Educação.

O objetivo dessa Divisão era dar continuidade ao trabalho de Aníbal Bruno. A equipe da DECA era composta de professoras especializadas e, certamente por isso, promoveu um intenso número de atividades no campo artístico. A DECA desenvolveu um papel de suma importância no campo artístico e cultural, sobretudo favorecendo orientação em atividades artísticas e desenvolvendo cursos para as professoras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino artístico na escola.

As áreas de atuação da DECA eram: Música e Canto Orfeônico, Teatro, Artes Plásticas e Cinema Educativo. Essa instância realizou inúmeros cursos, palestras, Semanas de Música, apresentações teatrais, cursos de Artes Plásticas para professoras, dispunha de um serviço interno permanente para atendimento a quaisquer pessoas, professoras ou não, que buscassem orientação da DECA. Semanalmente se dava orientação prática sobre Artes

Plásticas. Realizou, também, os Salões de Arte Infantil, Salões de Artistas Estreantes; cursos sobre o Nordeste e a cultura brasileira tratando de aspectos pernambucanos da cultura, entre outros. Mas, foi sobretudo na organização de Salões de Artes que a seção marcou a sua presença no cenário artístico da cidade, especialmente o Salão de Arte Infantil.

O Salão de Arte Infantil constituiu-se, essencialmente, numa mostra de expressão artística das crianças e jovens. Funcionou também como avaliação da educação pela arte que se desenvolvia no Estado. Nestes Salões eram expostos trabalhos de pintura, desenho, colagem, xilogravura ou pirogravura e os selecionados recebiam certificado de participação, não havendo premiação (Moser, 1988).

Na época, mesmo não havendo a democratização de forma mais ampliada do ensino público, vemos aqui um interesse particular dessa instância pública chamada DECA em dar suporte, em orientar, em favorecer uma melhor qualidade de trabalho para as professoras nessa área, o que antes não encontramos no ensino público. As atividades artísticas passaram a ser trabalhadas de forma mais intensa e houve uma valorização dessas atividades com a preocupação voltada, sobretudo, para a orientação dada às professoras. Houve também um crescimento na busca dessa orientação.

Note-se que aqui já se encontra uma diferenciação no público que se visava atingir: diferentemente da Escola de Belas Artes que se voltava para os que haviam concluído o curso secundário, com a DECA se vê a preocupação em promover, em favorecer uma melhoria continuada do ensino artístico na escola e o acesso das crianças a essas atividades.

O MOVIMENTO ESCOLINHAS DE ARTE (MEA)

Nessa mesma década, anos 40, o Conselho Britânico realizou uma exposição de trabalhos infantis no Rio de Janeiro que causou surpresa e encantamento por causa da qualidade e expressividade dos trabalhos. A exposição serviu de grande estímulo a novas idéias, sobretudo, no que se refere a pensar uma escola onde fosse permitida a livre expressão. Assim, Augusto Rodrigues, pernambucano, e Lúcia Alencastro Valentin do Rio Grande do Sul, começaram a concretizar essas novas idéias fazendo nascer o Movimento Escolinhas de Arte (MEA) que se difundiu de norte a sul do Brasil e alguns países da América do Sul. Esse Movimento veio buscar romper com a excessiva valorização dos ícones e cânones europeus, trazendo uma nova proposta de arte-educação nacional.

No caso pernambucano, após o contato com a Escolinha de Arte do Brasil no Rio de Janeiro, Noemia Varela², durante uma reunião com um grupo de 80 pessoas entre artistas, médicos, educadores, psicólogos e outros profissionais, fundou a Escolinha de Arte do Recife com o objetivo de trabalhar a criança motivando-a e desenvolvendo nela a fluência, a flexibilidade, a intuição, envolvendo também o educador nesse processo criativo e na construção da totalidade e unicidade harmônica que contribuem para o desenvolvimento individual e coletivo.

Fortemente ancorado no ideário modernista, o MEA correlacionava os estudos da arte com a filosofia, psicologia, antropologia, história da arte, mitologia, enfim, também com outros que pudessem aprofundar a compreensão sobre o artista, sua obra, sua época e que favorecessem um conhecimento mais ampliado da arte. Havia um forte valor libertário pelo respeito à criança com crença na livre-expressão e no desenvolvimento global da personalidade infantil.

Entre outras atividades, a Escolinha de Arte realizava constantemente exposições de arte. Note-se que pouco a pouco foi se ampliando o acesso à arte na sociedade e particularmente voltou-se o olhar para a estruturação e organização do ensino sistemático da arte seja na escola formal, como foi o caso da DECA, seja em outros espaços alternativos, como foi o caso da Escolinha de Arte, que promovia e visava a uma educação estética que contribuísse na formação integral do indivíduo criança, adolescente, adulto e também arte-educadores e profissionais que despertavam interesse e sensibilidade para a área artística.

O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP)

No início dos anos 60 veremos o nascimento de um outro movimento, em Recife, que obteve um crescimento e desenvolvimento extraordinários, no pouco tempo de vida que teve, além de receber apoio político e de importantes setores da sociedade.

Essa década foi considerada como um período de grandes transformações sociais e intensas reivindicações por parte da população brasileira, pois o país enfrentava uma crise política e econômica de grandes proporções. Vários setores sociais se organizaram e participaram ativamente das mobilizações populares em favor de reformas em sua estrutura.

Esse período correspondeu a uma fase excepcional do crescimento da cultura brasileira e o crescimento político das massas possibilitou iniciativas de cultura popular como

² Hoje aos 88 anos, Noemia Varela, continua ativamente na Escolinha de Arte do Recife.

até então não havia ocorrido em épocas anteriores. Houve um florescimento considerável nas diversas áreas do campo artístico seja na música popular, no teatro, na literatura. Foi dentro desse contexto que nasceu o Movimento de Cultura Popular (MCP). Os objetivos do MCP centravam-se na promoção e incentivo da educação de crianças, adolescentes e adultos; no atendimento ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano; na formação de quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular além de proporcionar a elevação do nível cultural e material do povo.

Os clubes recreativos, as sociedades beneficentes, os salões paroquiais, os templos protestantes, os centros espíritas, os clubes desportivos das camadas populares abriram espaço para a implantação de escolas do MCP. Para o quadro docente foram convocadas as 300 normalistas do Instituto de Educação de Pernambuco que se integraram ao espaço governamental para diminuir o déficit escolar. O comércio e a indústria também foram convocados a contribuir com as despesas dos professores, além das pessoas das mais variadas origens, dispostas a colaborar para manter as escolas que iam sendo criadas e colocadas em funcionamento. O MCP também passou a receber apoio da imprensa.

Sua estrutura foi composta por três departamentos: Formação da Cultura; Documentação e Informação e Difusão da Cultura. Esse último obteve um crescimento maior e era integrado por dez divisões: Pesquisa, Ensino; Artes Plásticas e Artesanato; Música, Dança e Canto; Cinema; Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Saúde; Cultura Brasileira; Bem-estar coletivo; Esportes.

Enfim, como se vê, o MCP, com preocupações típicas do início dos anos 60 e semelhantes às dos demais movimentos de educação e cultura popular surgidos no período, buscava a elevação do nível cultural da população, levando-a à conscientização política e crítica dos problemas brasileiros e aqueles mais próximos do seu cotidiano.

Percebemos que através do acesso à arte seja o teatro, a música, a dança, as artes plásticas havia uma intenção em desenvolver o senso crítico e político das pessoas sobre os problemas sociais que as circundavam. A arte no MCP apresenta-se como uma arte engajada, crítica, política, com uma característica específica, que a diferencia da arte apresentada pela Escola de Belas Artes, pela DECA e pelo MEA.

Com o golpe militar, em 1964, todas as atividades do MCP, da DECA foram completamente encerradas. O MEA não foi encerrado porque não possuía vínculo governamental, mas sofreu fortes restrições.

Conhecer o processo de estruturação, de atividades promovidas, de articulação de educadores, arte-educadores, intelectuais e a participação da sociedade nesses movimentos e instituições, favorece uma compreensão mais ampliada das contribuições desses espaços sociais para o ensino da arte em Pernambuco e servem de base para pensar como o saber da arte foi constituído na escola. Será que os(as) professores(as) que estavam na escola formal tiveram acesso e conhecimento destes espaços e atividades desenvolvidas pelos mesmos ? Como esses(as) professores de arte fizeram para construir, elaborar, organizar sua prática pedagógica em arte? Os(as) mesmos(as) possuíam formação específica na área? São algumas das questões que se põe como desafios a enfrentar em nossa investigação.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.
- ARRAES, Miguel Newton. Diretrizes do MCP. In MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Veja, 1979.
- AZEVEDO, Fernando. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas, orientações*. Obras completas de Fernando de Azevedo. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958. v.16.
- CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. *DECA*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.2, p.177- 229, 1990.
- DELGADO, Luiz. Arte, Expressão e Cultura. *REVISTA DA ESCOLA DE BELAS ARTES DE PERNAMBUCO*. Recife, ano 2, n.1, 1958.
- GALVÃO, Joel F. Jayme. *Memórias de uma cruzada*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça – Arquivo Público Estadual, 1956.
- GODOY, Josina Maria Lopes de; CARREIRO COELHO, Norma Porto. *Livro de leitura para adultos: Movimento de Cultura Popular*. Recife: Gráfica Editora do Recife, 1962.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: n.2, p.230-254, 1990.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: n.2, p.65-110, 1990.

JULIA, Dominique. Disciplinas Escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MARQUES, Norma de Oliveira. *Escola de Bellas Artes de Pernambuco: aspectos de estudo histórico*. 1988. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Artes Plásticas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

MENDONÇA, Luís. Teatro é festa para o povo. *Revista da Civilização Brasileira*, n 2, s.d., caderno especial: "Teatro e Realidade Brasileira".

MOSER, Joana Siqueira. *Salão Infantil de Arte: seu reflexo na educação pela arte*. 1988. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Artes Plásticas) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

SILVA, Beatriz de Barros Melo e. *A Pedagogia da Escola de Belas Artes do Recife: um olhar a mais*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.